

Primeiro Passo

Dante da indiferença da classe política pelas providências para o ajuste fiscal e mudanças estruturais no desenho do estado — e do atropelo da revisão constitucional pelo escândalo da CPI do orçamento — o ministro Fernando Henrique Cardoso decidiu tomar a dianteira e garantir o ajuste fiscal como primeiro passo para a estabilização da economia.

O sentido da oportunidade política foi percebido pelo ministro da Fazenda que retomou para o Executivo a iniciativa naquilo que o Congresso está moralmente impedido de fazer: um corte drástico no Orçamento de 1994, viabilizado como o deste ano (e os de 92,91 e 90) pelas subvenções a entidades sociais e emendas para projetos que servem de biombo à mais grossa roubalheira do dinheiro público.

Pode não ser o ajuste fiscal que estava nos sonhos do ministro da Fazenda e de sua equipe quando anunciou em setembro a disposição de aproveitar a revisão constitucional para promover profunda reforma na estrutura do Estado brasileiro. A começar pela limitação das competências da União e a repartição das despesas e receitas entre a União, os estados e os municípios, passando pela reforma fiscal e tributária, a reforma da Previdência Social e a revisão dos monopólios e dos entraves à participação do capital estrangeiro na economia.

O grande mérito da CPI do Orçamento foi escancarar um pouco do que há muito a nação desconfiava: boa parte do déficit público resulta dos desvios de recursos do Tesouro, perpetrados mediante subvenções a entidades fantasmagóricas, que retornavam ao bolso dos políticos, parentes e amigos, e a velha prática do superfaturamento

nas obras públicas, com comissões para os políticos e intermediários de todos os calibres.

Depois de suspender — sem qualquer protesto dos deputados que patrocinaram as emendas — as liberações do Orçamento de 1993, o governo agiu bem ao interpretar o sentimento de rejeição geral da sociedade a aumentos de impostos, antes de fechar os rombos pelos quais se esvai o dinheiro do Orçamento. Não havia outra maneira para o governo recuperar a credibilidade na gestão do Orçamento.

Os escândalos que vão sendo revelados pela CPI do Orçamento tornam mais prudente que se descarte qualquer vinculação imediata entre o ajuste fiscal e a revisão constitucional. Antes da instalação da CPI que paralisou os trabalhos da revisão, o relator Nelson Jobim já alertava para a impossibilidade das medidas de ordem fiscal entrarem em vigor em 1º de janeiro, diante da virtual necessidade de apresentação e votação de leis complementares. No quadro atual, não há qualquer segurança quanto à aprovação de medidas importantes na Constituição este ano.

Diante desse quadro e da expectativa geral do país quanto à adoção das medidas para estabilizar a economia, o ministro Fernando Henrique Cardoso tomou a iniciativa de cortar gastos aproveitando o recesso político do Congresso. Tira do Congresso a responsabilidade de votação com *urgência, urgentíssima* dos capítulos da revisão que interferem nas finanças públicas. Mas não o exime de prosseguir na revisão e de dotar o país de leis modernizadoras no relacionamento entre o Estado e a sociedade, particularmente no capítulo da Ordem Econômica, cuja configuração atual dá margem a negócios pouco transparentes.

12 NOV 1993

JORNAL
BRASIL